

# Crítica aos salários no Senado

por Alexandre Pinheiro  
de Brasília

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, criticou ontem a decisão do Senado que elevou para R\$ 1,5 mil o piso salarial dos seus servidores. O ministro considerou que a medida traz riscos para o programa de ajuste fiscal e de estabilização da economia e informou que o Executivo está discutindo medidas com o Legislativo para encontrar uma solução para o problema criado. Malan criticou também a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou os funcionários públicos a vender dez dias de suas férias.

“Qualquer aumento de salários que procure levar a correções muito acima da inflação passada e da projetada para o

futuro tem efeito negativo, principalmente porque gera expectativas de aumentos similares em outras áreas do governo e de outros poderes”, disse Malan, numa referência à isonomia entre os três poderes. Segundo ele, o governo federal quer mostrar ao Legislativo que não faz sentido usar a inflação passada para calcular reajustes, quando há continuidade na expectativa de queda dos índices de custo de vida.

O ministro não quis fazer previsões sobre o percentual de aumento dos servidores públicos, em janeiro, e nem sobre o reajuste do salário mínimo em maio. Com relação ao setor privado, Malan afirmou que, a partir de julho do ano que vem, o governo não estará mais definin-

do de quanto devem ser as correções salariais e passa a valer a livre negociação plena.

A relação dos estados com o governo federal a partir de 1996 também vai mudar, seguindo a necessidade de ajuste fiscal. “O ano que vem será um marco no relacionamento entre o governo e os estados”, disse Malan. Segundo ele, o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados vai exigir que os governadores reduzam seus gastos, e os empréstimos concedidos não ficarão de “legado” para seus sucessores.

Com relação à renegociação das dívidas mobiliárias dos estados, Malan disse que as discussões estão avançadas e passam pela privatização de ativos.